

O nosso principal espaço de militância nos últimos sete anos tem sido no campo do combate à precariedade. E foi neste espaço colectivo que, óbvia e naturalmente, nos fomos cruzando, desde os primeiros tempos, com o movimento sindical e pequenos colectivos de estudantes quando organizámos as primeiras mobilizações públicas sob o mote da Precariedade Laboral. Essa cultura de trabalhar com outros sempre nos acompanhou e foi intensificando em diversas iniciativas em que participámos. E acabamos por chegar a um momento em que a degradação da vida das pessoas se começava a acentuar mais rapidamente e um pequeníssimo grupo de amigos nos contactou depois de ter criado um evento no FaceBook que acabou por se tornar viral.

12 de Março de 2011 – geração à rasca, centenas de milhares de pessoas na rua. Depois disso, multiplicam-se iniciativas de protesto: acampada do Rossio, invasão do ministério da economia pelos trabalhadores dos transportes, outra grande manifestação a 15 de outubro, grandes manifestações da função pública, grandes manifestações da CGTP, de professores, das amas da segurança social, greves gerais, vigília da FENPROF no ministério, primavera global, protestos de bolseiros, greve dos médicos, dos enfermeiros, uma iniciativa legislativa de cidadãos por uma lei contra a precariedade que resulta, no meio de tanta agitação, deste clima e consegue dar origem a uma nova lei capaz de ajudar quem trabalha a falsos recibos verdes.

Entretanto, estivemos presentes nas mobilizações históricas com o mote “que se lixe a troika”, nos dias 15 de Setembro e 13 de outubro de 2012, 2 de Março e 1 de Junho de 2013. E ainda a campanha europeia feminista anti-austeritária, concentração contra a emigração forçada “não partimos, somos expulsos”, professores e alunos que ocupam o ministério da educação, may day – parada de precários no primeiro de maio, dia europeu de acção contra a precariedade, fórum precariedade e desemprego, luta dos trabalhadores da linha saúde 24, piquete de professores no dia do exame dos professores contratados e protesto contra cortes salariais dos trabalhadores do estado a recibos verdes.

Uma troca de governo pelo meio que só veio acentuar o descontentamento social, e estes foram alguns dos momentos de protesto dos últimos anos em que participámos. Momentos promovidos pelos movimentos sociais extra-sindicatos, pelos próprios sindicatos ou, em alguns casos, raros e bons casos, pelos movimentos sociais em conjunto com os sindicatos.

Mas se há décadas que não havia mobilizações tão grandes, também há décadas que as condições de vida não eram tão difíceis. O valor do salário mínimo é metade da média dos salários mínimos da Europa: 485€ que são o salário de 400 mil pessoas. Portugal tem a mais baixa taxa de emprego disponível da zona euro, a 3ª pior taxa de desemprego estrutural da Europa e 8 em cada 10 desempregados com mais de 45 anos não encontram trabalho. Nos últimos três anos emigraram 350 mil pessoas. 1 a 5% da população portuguesa detém cerca de 45% da riqueza. O desemprego oficial está em 18,2%, mas a taxa real andarà acima de 20%, o desemprego jovem ronda os 40% e é hoje mais barato e mais fácil despedir trabalhadores. Já ouvimos isto tudo antes, mas é bom repetir para não esquecer.

E durante uns meses, estivemos – todas e todos nós – num ponto em que nos apercebemos que não era possível viver nestas condições, mas em que ainda acreditámos na possibilidade de mudança. E saímos à rua. Protestámos, falámos em voz alta, gritámos até, desobedecemos, levantámo-nos. Nesses meses o movimento social, apesar da sua estrutura tão frágil, conseguiu encontrar o momento contra hegemónico e polarizar a sociedade. Contudo, o principal objectivo não foi atingido: o fim do governo da austeridade. Miguel Relvas demitiu-se, é verdade, Victor Gaspar também se demitiu, Paulo Portas demitiu-se e parecia mesmo que a estrutura estava definitivamente abalada. Mas não. Mais do que o povo, o governo resistiu e Paulo Portas foi promovido e des-demitiu-se. E assim o governo habilmente iniciou uma fortíssima campanha de contra informação como resposta. "Portugal

inicia retoma económica", é a festa do "regresso aos mercados", "a taxa de desemprego diminui", "a economia portuguesa está a criar cada vez mais emprego", "a Europa demonstra confiança no governo de Passos Coelho", "as agências de *rating* sobem a avaliação do país de "lixo" para qualquer coisa"... Estes são algumas das manchetes com que somos bombardeadas diariamente.

Desde então, se as movimentações sociais podem ser comparadas às ondas do mar, vivemos naquele ponto em que a maré vai vazando, vazando e parece que nunca mais vai voltar a subir. Gostamos de pensar que também é o ponto que antecede um maremoto, mas por enquanto, essa grande onda ainda não está à vista.

Apesar deste enorme refluxo e desesperança, o discurso dominante de que "está tudo bem" não colou nas nossas cabeças. Todas nós ouvimos diariamente lamentos quando andamos de transportes ou quando vamos ao café, todas nós conhecemos a velhota que não compra os medicamentos porque não pode, todas nós conhecemos a licenciada que tem de pedir o rendimento social de inserção porque já não tem outro rendimento ou apoio para sobreviver, todas nós conhecemos o senhor que faz biscates informais enquanto recebe subsídio de desemprego porque só assim consegue pagar os livros da escola do filho, todas nós conhecemos mulheres que não engravidam porque não acreditam que conseguirão comprar fraldas e comida, todas nós conhecemos quem tenha escolhido deixar de comprar o passe de transportes para ter mais 30€ para comer, todas nós conhecemos e somos tudo isto e tanto mais. E é por isso que sabemos que borbulha dentro de nós um cansaço mas também uma inquietação permanente.

As ruas têm estado mais vazias de protesto, mas não porque essa inquietação se extinguiu. Esta ausência da grande onda é apenas um sinal da desesperança que cresceu à medida que cresceu a agressividade desde governo da austeridade. E cresceu ao mesmo tempo que se foi esbatendo a possibilidade de um sujeito colectivo capaz de ser agregador e susceptível de gerar confiança e simultaneamente ter respostas políticas capazes de mobilizar a esperança colectiva.

Não há soluções simples, mas há responsabilidades que todas e todos nós queremos assumir quando dizemos que queremos de facto uma transformação que beneficie o conjunto da população. E é nessas responsabilidades que precisamos de ir buscar a capacidade de pensar colectivamente, de encontrar todas as pontes programáticas, de comunicar além dos nossos horizontes.

Temos, acreditamos nós, a responsabilidade de transformar a agitação recuada das ondas no movimento colectivo capaz de ser essa grande onda que cai sobre a cidade da austeridade e a arrasa. Temos de saber chegar a acordos sobre "que programa poderia ser aplicado para acabar com o desemprego?", "que programa poderia garantir salários e vínculos capazes de retirar uma grande parte da população activa do limiar da pobreza?", "que programa poderia aumentar e sustentar as reformas das pessoas que trabalharam toda a vida e agora estão privadas de bens essenciais?", "que programa poderia devolver à Escola Pública esse espaço que ela devia ter de aprendizagem crítica sobre o mundo?", "que programa poderia devolver os profissionais, os equipamentos e os medicamentos ao Serviço Nacional de Saúde?", "que programa poderia combater as discriminações que se acentuam em tempos de crise?"... Que programas conseguimos fazer (nos) devolver a esperança e gerar confiança? Só um movimento colectivo que consiga unir a radicalidade e o internacionalismo no combate ao capitalismo, a informalidade e a flexibilidade dos movimentos sociais e a estrutura, organização e força dos sindicatos o conseguirá fazer. Só um movimento tão amplo e dirigido ao combate à austeridade pode mexer as águas. Em tempo de chuva, conseguimos chamar a grande onda?